



ASSOCIAÇÃO DOS
OFICIAIS DA
RESERVA NAVAL

BOLETIM INFORMATIVO

ANO III • Nº6 • PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL • JANEIRO / MARÇO 1998

40 ANOS *DEPOIS...*



Um privilégio para 3000 membros

- Usufruir para ti e até quatro acompanhantes, em qualquer época do ano de um desconto de 30% sobre os preços de balcão no alojamento dos **Aldeamentos Turísticos de Pedras D'El Rei e Pedras da Rainha em Tavira - Algarve;**
- Usufruir, para ti e até quatro acompanhantes, em qualquer época do ano, de um desconto de 25% sobre os preços de balcão no alojamento (dormida e pequeno almoço) nas seguintes unidades do **Grupo Hoteleiro Fernando Barata:**

Mónica Isabel Beach Club (Albufeira)

Forte de S. João (Albufeira)

Hotel Sol e Mar (Albufeira)

Hotel Suiço-Atlântico (Lisboa)

Aparthotel Auramar (Albufeira)

Hotel Sol e Serra (Castelo de Vide)

Hotel Mar à vista (Albufeira)

Hotel Dom Fernando (Évora)

Oleandro Country Club (Albufeira)

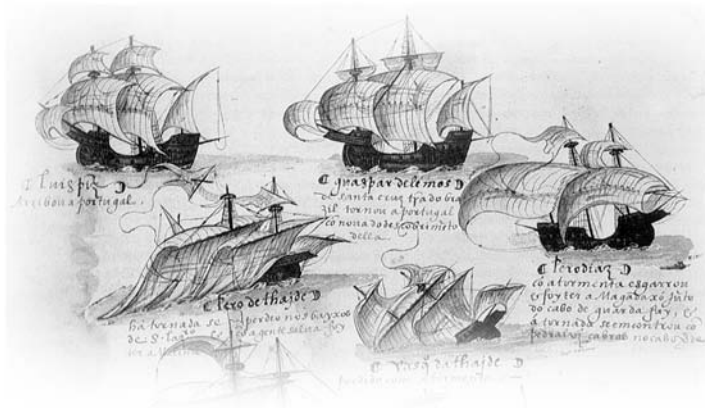
Hotel São João (Funchal)

Residencial Vila Recife (Albufeira)

- Utilizar a messe de Marinha em Cascais;
- Acesso às consultas do Hospital de Marinha, a todos os associados da AORN, conjuges, ascendentes e descendentes que integrem o respectivo agregado familiar.

Em **turismo de habitação**, extensivo até cinco acompanhantes, na margem esquerda do rio Douro. Em qualquer época do ano, na Vila de Resende, com desconto de 30% no alojamento (dormida e pequeno almoço).





Editorial



Publicação Trimestral da Associação
dos Oficiais da Reserva Naval
Nº 6 • Ano III
Janeiro/Março de 1998

Administração e Redacção
Fábrica Nacional da Cordoaria
Rua da Junqueira
1300 Lisboa
Telefs.: 362 68 40 / 362 68 39 (Fax)

**Design gráfico, maquetização,
paginação, fotocomposição,
fotolito e montagem**
M. LEMA SANTOS
Publicidade e artes gráficas, lda.
Pct.º Alexandre Herculano, 4
Massamá - 2745 Queluz
Telefs.: 439 00 34 / 437 70 53 (Fax)

Tiragem
3000 exemplares



Desde 14 de Julho de 1995 que este navio navega à vista, mas sem perder a ambição da navegação; navegar é preciso, mesmo por satélite no séc. XXI.

Muitas foram as milhas percorridas e é altura do desembarque.

A prática democrática, apanágio da Marinha, exige e merece a rendição do Comando da nossa guarnição.

Continuaremos a colaborar como associados, em terra, e desejamos que outro Comando oriente a guarnição da AORN.

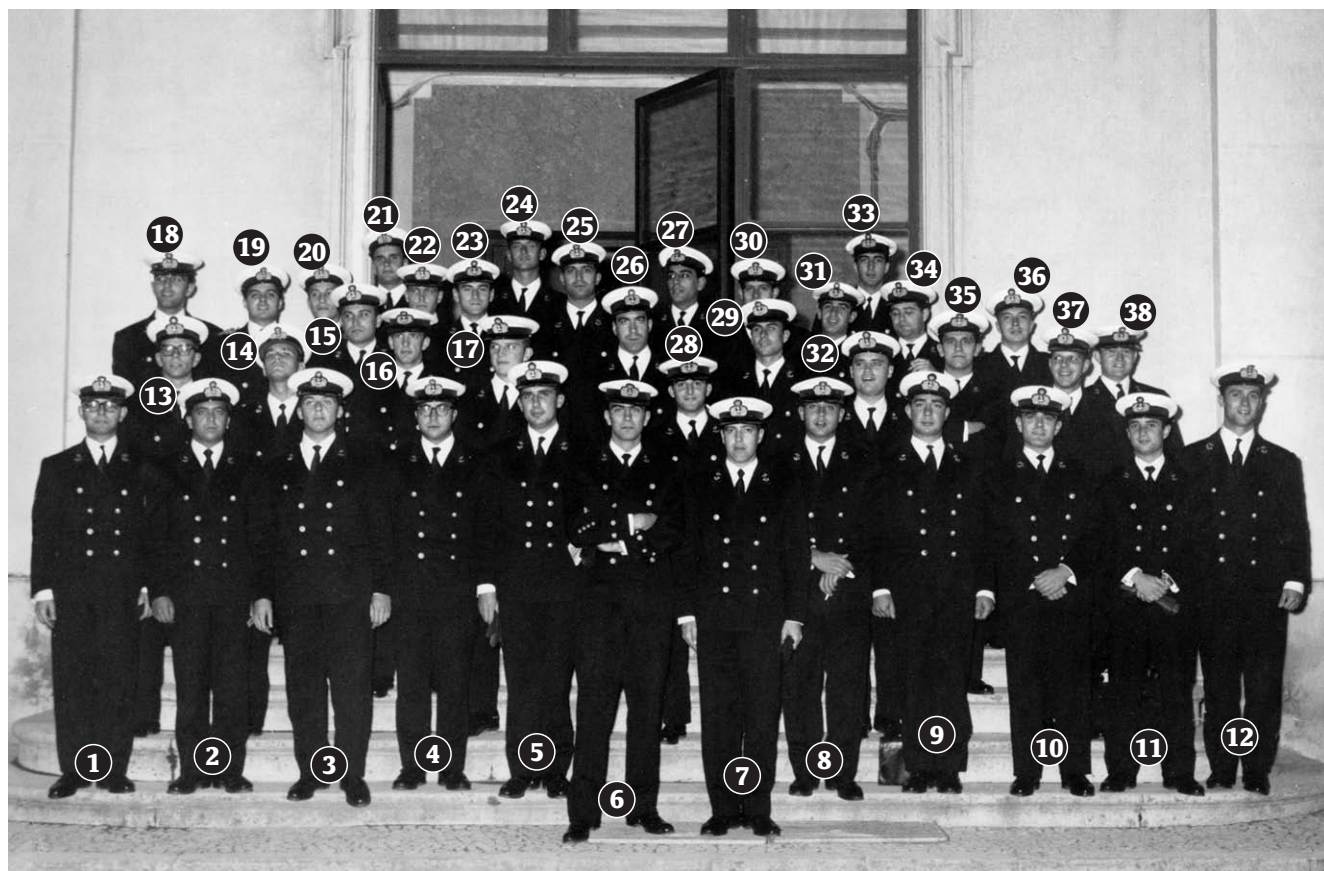
Na próxima Assembleia Geral será o momento para a transferência de comando, o que esperamos.

Lisboa, 2 de Março de 1998.

O Presidente da Direcção,

Rodrigo Almeida

O 2º CEORN



LEGENDA

- | | |
|---|---|
| 1 Carlos José Clemente Nunes Dias | 20 Eduardo José Alves Ribeiro |
| 2 Diaquino Pinto da Silva | 21 António Joaquim Sampaio de Andrade Neves |
| 3 João Manuel de Barros Maia | 22 Rui Barbesti de Sousa Nápoles |
| 4 Abílio Carneiro de Azevedo | 23 Luis António Palma Mourinha |
| 5 João Lopes | 24 Pedro de Bragança |
| 6 Rui Gomes Pereira da Cruz (4º ano da Escola Naval) | 25 Armindo Pereira Neves de Noronha |
| 7 Eurico Jorge Marques Antunes | 26 Eduardo Augusto de Vilhena Magalhães Crespo |
| 8 Fernando Manuel de Sousa Pinto Coelho | 27 Manuel Maçaroco Candeias |
| 9 António Nuno Baptista Patrício | 28 João Afonso Carrington Durão Cid |
| 10 Manuel Quintas Peres da Costa Marques | 29 Fernando Pereira Crespo |
| 11 Fernando Amaro Valente de Almeida | 30 Luiz Brandão Osório de Castro |
| 12 João Júlio Cardoso Pereira de Moraes | 31 José Manuel Matos de Oliveira |
| 13 Artur Eduardo Marques Pinto da Rocha | 32 José Pires Pereira |
| 14 Carlos Manuel de Serpa Quaresma de Vasconcelos | 33 Luis Alberto Inácio da Costa |
| 15 Armando Rosmaninho Martins | 34 Luis Alfredo Campos Vargas Moniz |
| 16 Carlos Alberto Góis Fernandes Figueira | 35 Hélder Costa Rodrigues |
| 17 Manuel Carlos Albuquerque d'Orey Bobone | 36 Carlos Norberto do Carmo Ricardo Marques |
| 18 Sérgio Alexandre Nunes Callado Cortes | 37 João António Gomes Pereira Gaio |
| 19 Armando de Pinho Costa | 38 António da Cunha Pereira Lopes |

“QUE DANTES, NOS TEMPOS QUE JÁ LÁ VÃO, ERAM TODOS ASPIRANTES E HOJE EM DIA JÁ NÃO SÃO”

Terminava assim o hino do Curso de Marinha saído da Escola Naval em 1900, conforme nos relata o Comandante Óscar de Carvalho no seu livro “Histórias de Marinheiro”.

E do 2ºCEORN, também podemos dizer que não são já Aspirantes aqueles que em 1959, sob a memória respeitada do seu Patrono, o rei D. João I, Mestre de Aviz, filho de D. Pedro I e pai da “ínculta geração”, entraram em 10 de Outubro na Escola Naval para prosseguir a rota traçada pelo curso anterior.

Foram 37 os Cadetes desta incorporação, cujo Director de Instrução foi o então 1º Tenente Artur Manuel Coral Costa.

Dos trinta e sete Cadetes, foram destinados 22 à Classe de Marinha, 6 à de Engenheiros Maquinistas, 5 à de Administração e 4 à Classe de Saúde Naval.

E foi desta última que saiu o único Oficial que ingressou posteriormente no Quadro Permanente da Armada, o médico Eduardo Magalhães Crespo, que viria a atingir o posto de CMG.

Consequência evidente dos bons resultados obtidos com a frequência do 1º CEORN, a Marinha de Guerra procedeu à realização deste 2º curso, com a aceitação de quase o dobro dos cadetes alistados no ano anterior.

A Ordem do Dia da Armada nº 123, de 23 de Junho de 1959, introduz ligeiras alterações ao funcionamento do curso, através da Directiva do Estado Maior, basicamente indicando o tempo de embarque mínimo nas Unidades após a promoção a Aspirante RN.

Tecnicamente, o conteúdo das matérias ensinadas no ano anterior mantinha-se sem alteração.

A Direcção e Comando da Escola Naval continuava a ser exercido pelo Almirante Manoel Maria Sarmiento Rodrigues.

Cursando Navegação, Artilharia, Comunicações, Regulamentos, Máquinas e todas as demais Disciplinas, na Escola Naval, em Vila Franca de Xira, no Hospital de Marinha e nas Unidades vocacionadas para cada especialidade, os 37 Cadetes terminaram a sua preparação escolar com a viagem de instrução realizada entre 29 de Fevereiro e 27 de Março de 1960, nas Fragatas “Álvares Cabral” e “Pacheco Pereira”.

Sob o Comando respectivamente, dos *Capitães de Fragata* Fernando Eduardo Pinto de Ornelas e Vasconcelos e José Pimenta de Almeida Beja Camões Godinho, completaram 16 dias de viagem num total de 5.500 milhas, visitando os Portos de Praia da Vitória, Ponta Delgada, Praia, S. Vicente, Las Palmas e Cádiz.

Entretanto, alguns acontecimentos se recordam deste ano de 1959.

No âmbito das reformas dos serviços da Armada, é criada a *Comissão Permanente de Infra-Estruturas*, o *Centro de Comunicações* e a *Direcção de Logística*.

É reorganizado o *Museu de Marinha* com a publicação do seu Regulamento, cria-se o *Arquivo Geral* e a *Biblioteca Central*. Organiza-se a *Escola de Limitação de Avarias* e é restabelecido na *Corporação dos Oficiais da Armada a Classe dos Engenheiros Maquinistas Navais*.

E as reformas prosseguem com a designação das *Unidades às quais é atribuído o uso de Estandarte*, com a aprovação do novo *Plano de Uniformes de Oficiais, Sargentos e Praças* e com a publicação das *Normas relativas ao Cerimonial, Honras e Distintivos*, no âmbito da *Ordenança do Serviço Naval*.

É criada a *Medalha Naval Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique* e o ano fica ainda marcado pela criação do *Instituto Hidrográfico*.

Assinalável também, a morte do *Almirante Gago Coutinho* ocorrida no Hospital de Marinha, com a idade de 90 anos.

E com o 2º CEORN na Escola Naval, a Ordem à Armada nº 224 de 7-11-59, publicava por despacho Ministerial nº 108 de 31-10-59, que, “*é atribuído aos cadetes da Reserva Naval que se encontrem na Armada a prestar serviço militar obrigatório, um subsídio de alimentação no valor de 26\$00 diários, desde que esses cadetes permaneçam em regime de internato. Se os cadetes se encontrarem em condições diferentes destas, o mesmo subsídio será reduzido a 22\$00 por dia.*”

Pese embora o valor do subsídio, convém lembrar que a Ordem nº 14 de 18-1-60 indicava a “*relação dos preços a pagar pelos ranchos secos e outras entidades*”, pelos diversos géneros.

Assim, açúcar foi tabelado a 5\$00 o quilo, o arroz a 4\$50, o bacalhau a 10\$80, o feijão encarnado a 5\$10, o café a 24\$50, o azeite a 15\$00 o litro e o vinho a 3\$30.

Feitas as contas e guardadas as devidas proporções para não ferir a sensibilidade dos nossos actuais macro-economistas, verifica-se que cada Senhor Cadete, em cada dia da sua atribulada vida, podia dar-se ao luxo de comer 1 kg de bacalhau (do verdadeiro) e beber 5 litros de vinho (do genuíno), o que significava que apenas se arriscava a um castigo pela “tontura”, porque de fome não padecia nesse tempo.

Preparava-se entretanto, a Europa para o

primeiro “grande embate” financeiro.

Em França assistia-se à entrada em vigor da nova unidade monetária, que “*passará a chamar-se nouveau franc (símbolo NF), que será dividido em centimos e com a equivalência a 100 francos actuais*” segundo se lia na O.D.A. nº 250 de 28-12-59.

E a O.D.A. nº 34 de 15-2-60 informava o “*novo câmbio da peseta, que desde 1 de Janeiro último passou a ser de duas pesetas por um escudo*”, causando aos Espanhóis um sofrimento acrescido em relação aos Portugueses, tal como hoje de verifica mas em situação inversa.

Venha a moeda única e acabe-se com o pesadelo do malfadado câmbio que não deixa camuflar diferenças.

Em 3 de Maio de 1960, com a presença do Ministro da Marinha, Contra-Almirante Fernando Quintanilha Mendonça Dias e sendo Chefe do Estado Maior da Armada o Vice-Almirante José Augusto Guerreiro de Brito, os 37 Cadetes do 2º CEORN tiveram a sua cerimónia de Juramento de Bandeira, sendo promovidos a Aspirantes RN a partir de 1 de Maio.



Prémio Reserva Naval

Nesse dia, foi entregue ao *Cadete Médico RN Diaquino Pinto da Silva*, o “*Prémio Reserva Naval*”, atribuído anualmente ao aluno melhor classificado no conjunto da média de frequência escolar e classificação de carácter militar, conforme Portaria nº 17.090 de 30-3-59, do Ministério da Marinha.

Seguiu-se o destacamento dos novos Aspirantes para as várias Unidades Operacionais, tendo a Ordem do Dia à Armada nº 89

de 6-5-60, determinado a seguinte distribuição: Callado Cortes (N.R.P. "S. Nicolau"), Rosmaninho Martins (N.R.P. "Sal"), Pereira de Moraes (N.R.P. "Fogo"), Vargas Moniz (N.R.P. "Maio"), Matos de Oliveira (N.R.P. "S. Vicente"), Costa Marques (N.R.P. "S. Tomé"), Manuel Candeias (N.R.P. "Príncipe"), Pinto Coelho e Abílio de Azevedo ("Direcção de Administração Naval"), Magalhães Crespo ("S.S.A."), Armindo de Noronha ("Escola de Mecânicos"), Pires Pereira ("Hospital de Marinha"), Pinho Costa ("Inspeção de Marinha"), Alves Ribeiro e Pinto da Rocha (N.R.P. "S. Maria"), Inácio da Costa e Ricardo Marques (N.R.P. "Pico"), Pereira Crespo e Costa Rodrigues (N.R.P. "Corvo"), Manuel Bobone, Pereira Gaio e Valente de Almeida (N.R.P. "Graciosa"), Quaresma de Vasconcelos (N.R.P. "Lagoa"), João Lopes (N.R.P. "Rosário"), Baptista Patricio (N.R.P. "S. Jorge"), Diaquino Pinto da Silva, Nunes Dias e Barros Maia (N.R.P. "Diogo Gomes"), Góis Figueira (N.R.P. "Nuno Tristão"), Andrade Neves (N.R.P. "Diogo Cão"), Marques Antunes e Palma Mourinha (N.R.P. "Corte Real"), Durão Cid, Pedro de Bragança e Sousa Nápoles (N.R.P. "Tejo") e Osório de Castro e Cunha Lopes (N.R.P. "Vouga").

Não foi uma rotina a actividade destes Aspirantes na fase de prestação de serviço nas várias Unidades.

Eurico Jorge Marques Antunes foi o 1º Oficial da Reserva Naval a ser condecorado pelo Governo Português, conforme Portaria de Janeiro de 1962, com a *Medalha de Prata de Coragem, Abnegação e Humanidade* do Instituto de Socorros a Náufragos, "por ter efectuado a tentativa de salvamento de um operário do Arsenal do Alfeite quando este caiu à água entre a ponte do Arsenal e um navio patrulha, para o que se atirou à água entre a ponte e o navio, mergulhando à profundidade de cerca de seis metros e procurando no fundo do lodo, apenas pelo tacto, dada a turvação das águas, o corpo do referido operário, acabando por o encontrar e, sem qualquer auxílio, trazê-lo à superfície".



Eurico Jorge Marques Antunes

E este louvor, confirmado pelo Almirante Chefe do Estado Maior da Armada, concedido pelo Comandante do N.R.P. "Pico", Capitão-Tenente Carlos da Fontoura Garcez de Lencastre e publicado na ODA nº 143 de 25 de Julho de 1961, terminava assim:

"Usando pois, das atribuições que me são conferidas pelo artigo 106º do regulamento de Disciplina Militar, louvo o subtenente da RN Eurico Jorge Marques Antunes pela elevada coragem e abnegação que demonstrou possuir quando, em condições muito perigosas e difíceis, mergulhou à profundidade de seis metros em águas turvas, fundos de lodo e no apertado espaço compreendido entre a ponte-cais cheia de cortantes incrustações e o navio, junto dos robaletes, arriscando-se a ficar preso num deles, e sem auxílio, conseguiu trazer à superfície o corpo do operário que jazia inanimado no fundo, dando assim provas de elevado heroísmo, decisão e iniciativa".

A 3 de Maio de 1961, deu-se início ao processo de licenciamento da maioria dos então já Subtenentes deste 2º CEORN.

Alguns, no entanto, viram deferido o seu pedido de permanência na Armada por mais algum tempo.

Passaram por todas as Unidades, integraram as guarnições dos Draga-Minas, dos Patrulhas, das Fragatas, das Lanchas de Fiscalização da Costa, dos Contra-Torpedeiros, participaram em exercícios e manobras com navios nacionais e estrangeiros, assumiram funções de Comando, foram Oficiais Imediatos e responsáveis brilhantes de serviços técnicos a bordo, tendo-se revelado excelentes navegadores, criaram um perfeito clima de entendimento com os Oficiais do Quadro Permanente, foram aceites e respeitados por Sargentos e Praças e souberam, na continuidade do comportamento dos camaradas do 1º CEORN, cimentar o crédito da Reserva Naval na Armada.

Que os componentes deste 2º CEORN que este artigo evoca, se associem à recordação dos camaradas a quem Deus já chamou, marcando-lhes a presença em todos os encontros que tiverem, simbólica homenagem de quem lhes reconhece um contributo importante para a História da Reserva Naval.

*José Pires de Lima
(4º CEORN)*



Medalha de Prata de Coragem, Abnegação e Humanidade do Instituto de Socorros a Náufragos

A AORN E AS MARINHAS DE GUERRA DA GUINÉ BISSAU E DE ANGOLA

Prosseguindo na tentativa de recuperação de documentos e material que contribua para a valorização do Museu da Reserva Naval, e com a ajuda do nosso associado Carlos Alberto Pombo Rodrigues, do 3º CEORN, foi possível o estabelecimento de um contacto com o Chefe do Estado Maior da Marinha Nacional da República da Guiné Bissau, Comandante Feliciano Gomes.

A receptividade foi total, verificando-se um espírito da maior abertura.

Estamos francamente confiantes que, muito em breve, nos será disponibilizado material proveniente de navios, onde muitos Oficiais da Reserva Naval prestaram serviço naquele País.

A Direcção da AORN dá início ao estabelecimento de contactos para uma colaboração entre esta Associação e a República da Guiné Bissau, o que pelos resultados já evidenciados se prevê venha a ter o maior sucesso.

Também de Luanda, se aguarda para breve a chegada de material cedido pelo Estado Maior da Marinha de Guerra de Angola e que pertenceu às Lanchas das Classes "Argos" e "Bellatrix", notícia que já fora anunciada em anterior Boletim.

A RESERVA NAVAL E O COMANDANTE CORAL COSTA

No passado dia 15 de Janeiro, realizou-se no Clube Militar Naval um almoço de Oficiais da Reserva Naval, que pertenceram ao 1º e 2º CEORN's.

A presença do Comandante Artur Manuel Coral Costa, Director de Instrução destes dois cursos, foi a razão principal do encontro, que decorreu em ambiente de extrema simpatia e foi motivo para recordar os primeiros anos desta História de 40 anos.

João de Almeida Rezende, Manuel Andrade Neves, José Cavalleri Martinho e Manuel Paiva Pinto do 1º Curso e António Andrade Neves do 2º, foram os "jovens" que, de maneira informal, foi possível reunir neste dia com o Oficial que é muito justamente considerado o maior responsável pela arrancada da Reserva Naval na Armada.

Atente-se na posição destes Tenentes RN, cujos braços cruzados apenas aguardam os galões que usaram há quarenta anos, mantendo o mesmo aprumo militar que o Comandante Coral Costa lhes "exigia".



A. Andrade Neves, J. de Almeida Rezende, M. Andrade Neves, J. Cavalleri Martinho e M. Paiva Pinto com o Comandante Coral Costa

PARA A HISTÓRIA DAS LANCHAS DE FISCALIZAÇÃO

No dia 23 de Dezembro passado, com o "patrocínio" do Comandante Augusto Teixeira Machado, efectuou-se na Messe do Ministério da Marinha em Lisboa, um almoço que reuniu sete Ex-Oficiais da Reserva Naval que foram Comandantes da Lancha de Fiscalização "FOMALHAUT".

Luis Neves Cordeiro (3º CEORN), José Pires de Lima (4º CEORN), Fernando Baptista Pereira (6º CEORN), Rogério Bordalo da Rocha (8º CEORN), José Vieira de Sá (11º CFORN), José Rasquilha de Abreu (15º CFORN) e Herculano Santos Ferreira (18º CFORN), reviveram anos passados em Angola, desde 1961 a 1974 e foram portadores de vasta documentação com o maior interesse para a história deste navio.

Faltou ao encontro, por razões atemptadamente justificadas, Carlos Magalhães Oliveira (21º CFORN), o último Comandante do P367 e de quem se aguarda o complemento final da história desta lancha.

Ao Comandante Augusto Machado, em serviço no Estado Maior da Armada, os agradecimentos pela presença neste encontro.

Salienta-se que o Comandante Augusto Machado pertenceu ao 5º CEORN, é da Classe de Fuzileiros, é associado da AORN e,

seguramente o CMG em actividade de serviço mais antigo do Mundo.



A "Fomalhaut" em terra!

O 5º CEORN REUNIU-SE EM CASCAIS

O REPÓRTER ESTAVA LÁ

No final de Novembro do ano passado realizou-se na Messe de Cascais um jantar da gente do 5º Curso da Reserva Naval, de 1962/1965, que reuniu “27 amigos dos anos 60”. A maioria, não se tinha voltado a ver desde há 30 e tal anos. Contactados através duma lista cedida pela AORN à organização, acorreram a reencontrar-se vindos não só de Lisboa mas também de Aveiro, Caldas da Rainha, Algarve. Também vieram de mais perto, de Setúbal. E receberam-se mensagens, ainda, do Porto e Luanda. Foi possível detectar algumas moradas não conhecidas. Mas, sobretudo, aconteceu um espírito de amizade, de prazer de reencontro que nos pareceu exemplar, do que foram os tempos da Marinha entre gente da Reserva Naval.

O repórter estava lá. Por isso teve acesso à Acta da Reunião que se dá a conhecer, incluindo a Ordem de Trabalhos e até o Menu, a que não podia faltar o Bacalhau à Brás.

ACTA DA REUNIÃO DO 5º CURSO ESPECIAL DE OFICIAIS DA RESERVA NAVAL (1962/1963) E JANTAR EFECTUADO NA MESSE DE CASCAIS (35 ANOS DEPOIS DE TUDO TER COMEÇADO)

As vinte e oito dias do mês de Novembro de mil novecentos e noventa e sete, era sexta-feira, depois das oito e meia, na Messe de Cascais, na bela casa da Marinha sobre a Baía da Vila, reuniu-se o **5º Curso Especial de Oficiais da Reserva Naval** para jantar e cumprir a restante Ordem de Trabalhos (Há quanto tempo não nos víamos!...).

Depois dos abraços (Eh pá!...), das primeiras palavras e gargalhadas, das lamentações pelos atrasos (que não foram muitos apesar do trânsito...), dos reencontros, distribuíram-se os “certificados de presença”, personalizados, mais a Ordem de Trabalhos e a lista de nomes, moradas e telefones dos membros do Curso que tinha sido possível apurar. E começou a cumprir-se o primeiro ponto do Menu.

MENU

Aperitivos e bebidas

Sumos, martini, gin, vodka e whisky, quentes confeccionados a rigor, amêndoas, avelãs e cajú

Entradas

Melão com presunto

Bacalhau à Brás

Apreciado, recordado, comparado, servindo de tema a diversas conversas. Uma vez... Estava ótimo!

Doce

Charlotte de fruta frescas

Café, whisky e conhaque

Vinhos

Branco: d'Avilez 96 • Tintos: Periquita 95

As primeiras bebidas e aperitivos foram servidas na sala privada da Messe, a que tem portas de vidro, à esquerda do primeiro piso, depois da entrada. Muitas conversas e gargalhadas, iniciando-se, definitivamente, o cumprimento da Ordem de Trabalhos. Subiu-se ao segundo piso, à sala do restaurante, eram 21.10. Foram de imediato servidas as entradas acompanhadas do branco.

A preparação da ementa foi da responsabilidade de Mestre Nascimento, despenseiro da Messe, e dos cozinheiros Inácio e Lopes a quem devemos uma palavra de apreço.

ORDEM DE TRABALHOS DA REUNIÃO DO 5º CEORN

PARA UM JANTAR DE AMIGOS DOS ANOS 60, 35 ANOS DEPOIS... EM 28.11.97

ORDEN DE TRABALHOS DA REUNIÃO DO 5º CEORN

1. Jantar na Messe de Cascais;
2. Recordar os bons velhos anos 60 passados na Marinha e na Reserva Naval (Amigos e Companheiros da Escola Naval, dos aquartelamentos de instrução, dos navios, em guerra e paz. Outros oficiais, locais de formação e actividade conjunta dos presentes e outros elementos do 5º CEORN, na época);
3. Expor à observação os respectivos “navios” e eventuais estragos causados a cada um pelo “tempo de navegação” e guerras pessoais, relatando percursos;
4. Actualização dos registos de memórias de rotas e estados de conservação individuais;
5. Limpar cascos e máquinas dos respectivos navios com fortes jactos de conversa e libertação de palavras, acompanhadas por extroversão de muitas gargalhadas;
6. Tempo livre para improvisos e eventuais propostas de novos programas a realizar no âmbito do Grupo para conservação do “material de navegação”, reciclagem de memórias e boa disposição dos estados de espírito das “naus”;
7. Formulação de bons votos a favor dos presentes, ausentes e famílias:

Bom Natal! Feliz 1998

Os primeiros a chegar foram o Serra, o Couceiro, o Tomé, o Mourato, o Valleria e o Fonseca. Não sei se a ordem foi exactamente esta, tirando os três primeiros. Mas foi bom reencontrarmo-nos, destruir trinta e muitos anos de separação que mudam aspectos físicos, mais ou menos, arquivam imagens desarrumadamente nos sótãos das memórias, (quem és tu?) tudo se reconstruindo após nos olharmos, (quase sempre) ou pronunciada a palavra chave do respectivo nome...

E é a cambalhota da recordação, a actualização imediata das memórias e a certeza de que nunca tiveste menos os 20 quilos que engordaste nos últimos 30 anos, que sempre foram brancos os teus cabelos e não ruivos, que sempre usaste os óculos e a barba rala de pelos brancos... Então? A tua voz não é a mesma? E falas como sempre, com gargalhadas de menino... que desaparece! Como foi possível ter ficheiros tão desactualizados na cabeça?... Que falta de cuidado no "trabalho administrativo"!...

E percebem-se, claro, os sinais dos muitos anos de navegação de cada navio: o Couceiro não engordou mas já não tem cabelo cenoura; o Abel também continua levezinho mas já não tem a cara de menino bem comportado de há 30 anos; o Cunha Lucas e o Ambar, o Manel, o Mesquita, o Penedo, o Heitor, o Pedro... o tempo deixou em todos, os seus sinais mas também as referências fundamentais. Por isso, passado o primeiro olhar, as primeiras palavras, o reencontro acontecia, definitivamente, com se tivesse sido ontem que nos tivéssemos separado.

E as conversas tinham sido, simplesmente, interrompidas. A Escola Naval, os navios em que navegáramos, a Guiné, Angola, a Escola de Fuzileiros, Vila Franca de Xira voltavam a fazer parte das palavras trocadas, a que só comentários sobre a boa qualidade do Bacalhau à Brás referiam passados. Dantes ninguém diria está bom. Seria, simplesmente, mais uma boa refeição de Bacalhau à Brás, evidentemente, sem direito a comentários. Havia de estar mau, não? Mas agora o comentário era também recordação, volta ao passado das coisas boas. Mundos diferentes.

Começou a correr pelo lado esquerdo da mesa em U o fax do Manuel Correia de Barros. Inevitavelmente seria o primeiro documento a ser lido, alto, para todos, identificando bem o espírito de recordação do passado e os longos percursos que cada nau fez durante os últimos 30 e tal anos. Em anexo a esta acta juntam-se as palavras do Correia de Barros. Cada um, depois, contou a sua rota. Diferentes, alguns navios procuraram definitivamente o cais, outros insistem em procurar ainda novos portos, outras viagens.

Curiosamente, dos filhos dos presentes, só dois, aparentemente, cruzaram as suas



34 anos depois...

vidas e só um viria a ser oficial da Marinha!

Todos se casaram, a maioria permanecendo casado com a mesma mulher. Todos fizeram filhos, alguns, muitos, e um que não teve crianças fez adopção, falando com ternura dos netos que este seu filho lhe trouxe já! Alguns falaram com respeito das suas mulheres, deixando sinais de quanto terão sido importantes nas suas vidas.

Três são Capitães de Mar-e-Guerra, tendo ficado definitivamente na Marinha. Mais alguns companheiros ali terão iniciado as suas vidas profissionais, após o serviço militar obrigatório, prosseguindo, depois, diferentes caminhos. E cada um contou, com mais ou menos palavras, os seus percursos, as suas rotas actuais ou os portos em que pararam, lembrando viagens realizadas, caminhos que percorreram até hoje.

Foram passeios pelo passado, explicações de presentes, reciclagens para caminhos futuros de que se falou nesta reunião que se prolongou para além das duas da manhã. Com manifesto prazer de todos nós.

Aconteceu reencontro de velhos amigos que sentiram, perceberam que continuavam amigos, que as suas vidas tinham ficado ligadas pelo tempo que passámos na Marinha. Tantos anos! Tantas viagens diferentes sem portos comuns, distantes nas rotas percorridas, paralelas algumas!... Angola, Moçambique, a Guiné, o Brasil, Inglaterra, França, Itália, Estados Unidos, Arábia Saudita, Índia passaram na vida dalguns, recordando os tempos e a experiência da Marinha.

Tudo é diferente hoje, menos as memórias e o facto de todos terem tido um tempo comum nas suas histórias: a Marinha! Um tempo comum (um porto) de que partiram para as suas diferentes viagens no tempo. Que bom ter sido possível o reencontro! Que bom podermos pensar em novos tempos mais próximos! Que pena não termos podido estar todos!

Os caminhos reencontraram-se. Vamos com certeza revermo-nos no futuro, manter as memórias mais actualizadas!

Uma palavra, finalmente, para o pessoal da Messe que nos aguentou as longas horas que durou a reunião. Uma palavra de parabéns ao oficial Barata, Director da Messe, que foi promovido a Capitão de Fragata na véspera e que se associou aos presentes no encontro, a todos deixando abertas as portas da Messe de Cascais, como antigos oficiais e amigos da Marinha de ontem e de hoje. Estiveram presentes ao jantar 25 dos actuais 45 elementos do 5º CEORN que se referem em anexo. Não apareceram, embora tivessem prometido vir, o Farinha, o Tavares Costa e o Ângelo Fonseca Ribeiro. O que lhes terá sucedido?

Foram recebidas 14 respostas ao inquérito das folhas amarelas que nos permitirão, com as notas tomadas das histórias contadas à mesa e outras respostas que nos foram prometidas e esperamos receber, situar melhor cada um de nós nos dias de hoje, a fornecer a todos.

Mais duas palavras: uma recordando o Rui Coles que nos deixou definitivamente e a quem lembrámos pelo lado da sua camaradagem e desinteresse pelas coisas da Marinha. Falámos também do Carvalho Carreira e no seu empenho nas coisas em que intervinha, lamentando não o ter podido ter connosco por razões de doença.

Depois falou-se de muitas outras coisas que não pudémos registar por terem acontecido longe da nossa mesa. E muitos disseram também que se iriam inscrever na AORN. Vamos dizer isso aos amigos da Associação que nos deram as primeiras listas de nomes, moradas e telefones para esta reunião do 5º CEORN e a quem temos de expressar uma palavra de agradecimento pela cooperação. Era tarde. Tempo só para uma fotografia do grupo guardada pelo Manuel Assunção. E a boa noite.

Fernando Alves Serra
5º CEORN

AORN, FILHOS DA MESMA ESCOLA

Numa altura em que se perspectiva o fim do Serviço Militar obrigatório em Portugal, é justo que se diga que o chamado “tempo da tropa” corresponde para a vida de quase todos os que passaram pelo **Serviço Militar obrigatório como o “tempo” mais generalizadamente odiado, antes de cumprido e, mesmo, pela maioria, durante o exercício. Por outro lado, dele se guardam, quase genericamente também, das melhores recordações da vida de cada um, posteriormente.** A pouca gente tenho ouvido dizer “que horror o tempo da tropa!” depois de por lá ter passado. Nem sequer “que desperdício!” Mesmo os que tiveram a dureza e os riscos da guerra!

Estas boas recordações são, na maioria dos casos, ainda mais fortes entre aqueles que passaram pela Marinha, em qualquer posto, não hesito em afirmá-lo. **As pessoas da Marinha sentem-se como membros do mesmo grupo. “Filhos da mesma Escola”, marinheiros, tenham sido simplesmente praças, sargentos, oficiais do quadro, profissionais ou reservistas!** Não é assim? E nem distinções entre fuzileiros, pessoal embarcado ou com experiência principal de terra separaram o sentido de Grupo.

A AORN - Associação dos Oficiais da Reserva Naval, corresponde a este sentimento agregativo entre a gente que passou pela Reserva Naval e, particularmente, daqueles que passaram por experiências semelhantes de formação e exercício na Armada.

Tendo todos os da Reserva Naval contactos universitários anteriores, a maioria seguiu carreiras profissionais diferentes. Mas a passagem pela Marinha nunca mais foi esquecida. E pela positiva!

Apete-me usar a linguagem do Porto e dizer: “A Marinha é uma Nação! E a gente da Reserva Naval é da mesma Aldeia, caragol!”.

O que é que determinou que pessoas tão diferentes, com tão grandes preconceitos contra a vida militar, quase sempre, viessem a sentir saudades do tempo passado na Marinha e irmanados, especialmente, no grupo “Reserva Naval” muitos anos depois de terem deixado a actividade? Resumidamente, **o que nos une?**

Sem dúvida, que, em primeiro lugar, para aqueles dos mesmos cursos, a idade é um dos factores. A grande maioria tinha entre 21 anos e 24 anos, nenhum excedendo os 27 anos. Todos frequentavam ou tinham acabado cursos superiores, poucos tinham

experiências profissionais e, menos ainda, eram casados.

Todos eram voluntários para fazer o serviço militar na Marinha (em vez de no Exército) e, a maioria sentia o tempo de serviço militar como uma obrigação a que não podia fugir. Um tempo transitório, portanto, apesar de interromper, atrasar ou afectar, mais ou menos, carreiras universitárias, profissionais, familiares e económicas.

Note-se que havendo, naturalmente, diferentes origens de naturalidade e sócio-económicas, havia em comum níveis educacionais escolares, objectivos sociais de vida, bem como posições reactivas semelhantes em relação à disciplina militar e à vida em grupo fechado de que muito poucos tinham experiência.

Lembro ainda a primeira noite de estudo na Escola do Alfeite e os olhares de prisioneiros com que víamos as luzes de Lisboa no outro lado do rio, lá longe, juntos à volta nas grandes janelas fechadas dos corredores de acesso às aulas de estudo.

Cadetes, todos vestidos de igual e de azul, odiando os oficiais que nos davam ordens iguais e irrecusáveis. Ordens que urgia cumprir, forma de vestir comum, maneira de falar e de comportamento, até ao que havíamos de fazer, como e onde.

Irritavam-nos também, ao princípio, os cadetes dos Cursos da Escola, já adaptados ao internato e à disciplina militar, que por um lado, achávamos miúdos em relação a nós (como era possível?!). Por outro lado, não os podíamos olhar de maneira totalmente distinta porque se fardavam como nós, eram considerados cadetes como nós, aos olhos da hierarquia, estavam sujeitos ao mesmo regime de formaturas, de submissão às ordens dos oficiais e de disciplina, viviam no mesmo sítio. Só não queriam ir-se embora como nós queríamos, então.

Depois havia as praxes e brincadeiras, as fugas às regras, que íamos descobrindo entre os cadetes instalados. Pouco a pouco as brincadeiras subiram às águas furtadas

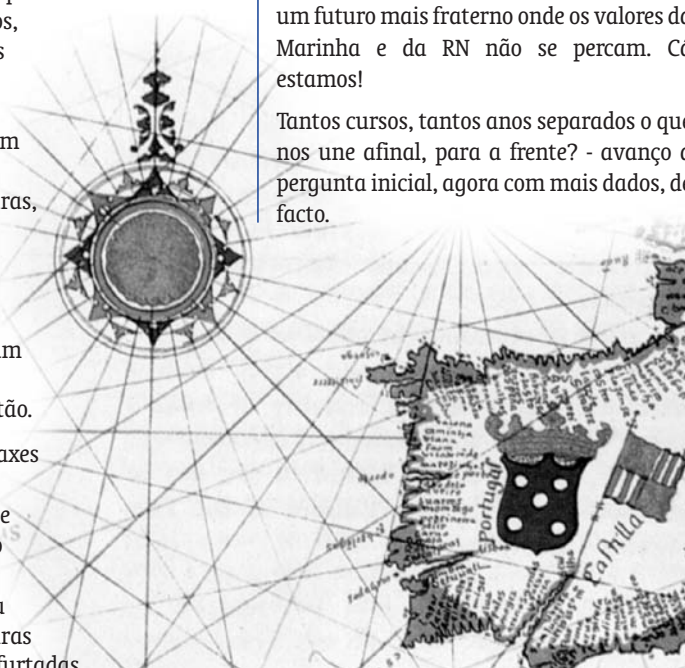
onde estávamos instalados e, especialmente entre nós mesmos, de que as mais notáveis e irritantes, para alguns, eram a ronda dos “oficiais” cadetes nus com espada à cintura que se encarregavam de acordar e mandar levantar os que primeiro adormeciam, em termos de oficiais de serviço, cumprindo as continências e palavras da ordem! A tudo isto se juntavam as naturais guerras de almofadas, o rugby de bivaques, o desfazer de gravatas e colarinhos à hora das formaturas, sei lá que mais, fazendo de um grupo de homens jovens, alguns já assistentes universitários e magistrados, meninos travessos a gerar grupos de amigos para a guerra (e para a vida), gente com segredos comuns e sentido de grupo que aprendia a entreajudar-se quando algum, ou o grupo estava em risco. Foi assim na Escola Naval, no Alfeite. Foi assim em Vila Franca de Xira como em Vale de Zebro.

E a união e sentido de grupo continuou nos navios, nas messes, nos quartéis e nas repartições, na guerra como na relação com os cursos que se seguiam, desenvolvendo o sentido de corpo de Oficiais da Reserva Naval, primeiro, integrando o grupo de oficiais da Armada, depois, decididamente. Marinheiros de guerra e paz, no activo das forças da Marinha como na sociedade civil.

Agora, na AORN, esta mesma gente demonstra ser capaz de reencontros com o passado. O que nem sempre é fácil para alguns.

Desenterra-se o passado, afinal, para perceber melhor os dias de hoje, à procura de um futuro mais fraterno onde os valores da Marinha e da RN não se percam. Cá estamos!

Tantos cursos, tantos anos separados o que nos une afinal, para a frente? - avanço a pergunta inicial, agora com mais dados, de facto.



Muitas experiências de formação e de tempos em comum conheceram os que passaram nos vários cursos da Reserva Naval.

Alguns aprenderam e, sobretudo tomaram o gosto de tomar refeições formais, com qualidade de produtos, confecção, serviço e bons vinhos. Muitos habituaram-se a utilizar o tempo de almoço e do jantar para conversar, falar sobre a actualidade e preocupações, enriquecendo a sua informação, formação, mundos de ideias que o contacto entre homens, oficiais de diferentes patentes, idades, experiências da vida permitiu a jovens o início do seu tempo adulto.

E isto para muita gente que saía das suas escolas superiores, acabados de crescer da adolescência vivida em grupos de rapazinhos da mesma idade, preocupados em chegar ao fim dos seus cursos sem experiências de outras vidas reais, além, eventualmente, de alguns sinais seleccionados pela família. Isto foi muito importante, necessariamente.

Como importante foi também aprender a viver em hierarquia (ainda que nem sempre fácil, ou agradável), ter de assumir responsabilidades significativas (de comando de homens e de inserção em cadeias de comando, de tomada de decisões em grupo e individuais, de organização de pessoas e material para a realização de objectivos, de cumprimento de rotinas e de disciplina ritual para a possibilidade de acções automáticas em grupo, especialmente na guerra. E houve que realizar e manter acções técnicas e de aperfeiçoamento, ter vida em stress de actividade como de tensão de espera e de inactividade, desenvolvimento de sentido de unidade e de grupo.

Ficaram histórias, memórias e, sobretudo experiências para o resto da vida de cada um. É ou não é?

Por tudo isto, passados todos estes anos a AORN é, quase, uma consequência natural. Os homens da Reserva Naval foram buscar

um mundo de coisas ao seu tempo vivido na Marinha, adquirindo um sentimento de grupo, de pessoas e locais, de tipos de experiências comuns que têm utilizado fora da Marinha, nuns casos, nos quadros especiais de oficiais, outros. As coisas têm o seu valor real quando ficam para além das pessoas, por um lado. E, por outro, quando há uma cedência de experiências adquiridas para além do grupo e local inicial, o da gente e do tempo de passagem pela Marinha e pela Reserva Naval que permita difundir entre o grupo, estes conhecimentos. Nostalgia, necessariamente, História. Mas sobretudo comunicação para o presente e o futuro, reforço de amizades. Eis o que espero da AORN a que acabo de aderir.

Pela malta da Reserva Naval: hip-hip, hurra!

Fernando Alves Serra
5º CEORN



A AORN E ONDAS DE 8 METROS

Confesso que me inscrevi na AORN sobretudo para reencontrar velhos (afinal, até nem estavam tão velhos como isso...) camaradas e lembrar com eles passadas navegações, por entre mares a sério ou - no meu caso - de papelada administrativa naval.

E, vistas bem as coisas, não creio que houvesse algum mal nesse desejo.

Tanto bastava, pois, para a AORN ter razão de ser.

Mas um episódio passado há dias mostrou-me que a AORN pode e deve ser muito mais do que isso.

Estando com familiares meus, encontrei fortuitamente um homem que nos disse ter estado na Marinha. Palavra puxa palavra, concluímos que fomos ambos - ele, competente fiel, eu, assustado cadete - na

viagem de instrução que, em 1963, a Fragata Diogo Cão fez aos Açores.

Essa conversa teve um resultado surpreendente.

A condescendência (mesmo alguma desconfiança...) com quem lá "em casa", sempre era ouvido o meu relato acerca das ondas de 8 m que nessa viagem defrontámos, logo ali se desvanecem, quando contada a mesma história em coro.

Aquilo que não conseguimos isolados, podemos muitas vezes alcançá-lo em conjunto.

E, ao reunirmo-nos na AORN, para tentar obter o que não realizamos isolados, torná-la-emos uma associação tanto mais útil quanto não apenas virada para o passado, mas rumando antes, firme, ao futuro.

Bom seria que, nessa rota, ela pudesse assumir o papel de intermediária entre a

Marinha e a chamada sociedade civil.

À Marinha, podemos trazer as nossas opiniões, e alguma experiência profissional que lhe possa servir.

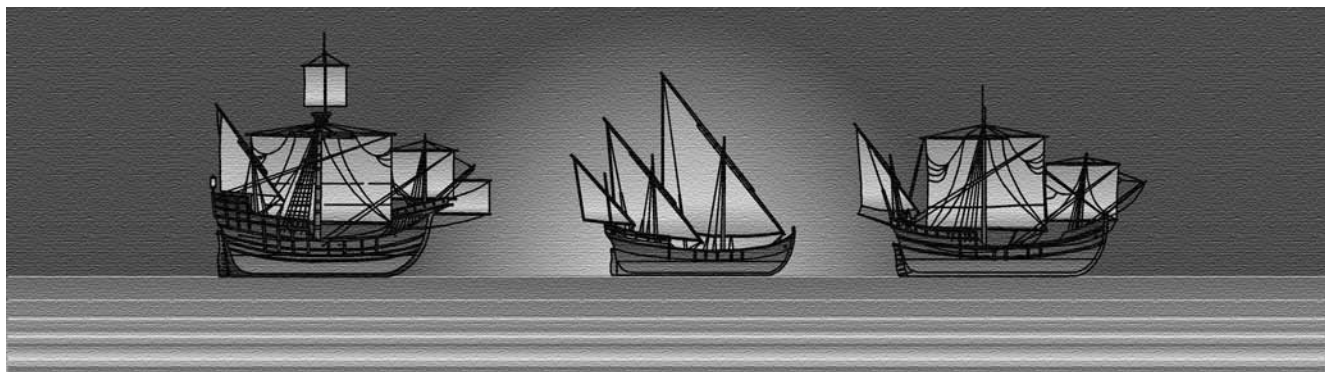
Na sociedade, temos obrigação de divulgar as necessidades e problemas da Marinha, mas também as suas potencialidades, nem sempre aproveitadas.

Basta pensar na missão que vai ter de desempenhar na guerra (escrevi sem aspas) contra a droga, que faz mais vítimas que muita guerra convencional.

Reconheçamos, com sinceridade, que Portugal foi país de marinheiros, mas, hoje, já não o é.

A AORN pode ajudar um pouco a que possa voltar a sê-lo.

Luis Silveira
5º CEORN



MILHAS PERCORRIDAS

A guarnição da AORN foi aumentada de algumas dezenas de associados desde a última comunicação feita em anterior boletim, perseguindo a próxima meta dos 500.

Trabalhamos, no entanto, com uma Base de Dados manifestamente reduzida, que não ultrapassa ainda os 1200 endereços, o que dificulta o envio da mensagem para um universo de 3000 ex-oficiais da Reserva Naval.

A ajuda de todos é fundamental para esta tarefa.

■ As iniciativas programadas para o ano de 1998 terão tanto maior sucesso quanto maior a informação divulgada e, seria desejável que os 40 anos da entrada do 1º CEORN na Escola Naval, que este ano se comemoram, tivessem a maior adesão possível.

■ Mantendo o contacto com outras Associações, a AORN reuniu-se num jantar com a Direcção da Associação de Armadores e Pescadores de Cascais.

Foi um encontro de convívio e trabalho com boas perspectivas de colaboração.

Na ocasião, foi comunicado à AORN o voto de louvor e reconhecimento que se transcreve na íntegra e que a A.A.P.C. aprovou em reunião de Direcção:

“Reunida em sessão extraordinária, na Casa de Pescadores de Cascais, a 7 de Novembro de 1997, a Direcção da A.A.P.C. decidiu, por unanimidade, que fosse lavrado em acta um voto de louvor e reconhecimento à Associação dos Oficiais da Reserva Naval pelo inextinguível apoio prestado no trabalho que temos vindo a desenvolver, com o objectivo de recuperar a pesca no nosso concelho.

A participação activa da AORN na homenagem ao Mestre Henrique Anjos, a colaboração nas cerimónias do Dia do Pescador de Cascais e o empenho com que

integrou a Comissão Organizadora das Festas do Mar - Cascais 97, justificam plenamente tal decisão.

Mas a acrescentar a isto, a AORN pretendeu contribuir ainda para a instalação da Casa de Pescadores de Cascais, através de significativas ofertas à A.A.P.C., que vão proporcionar uma notável melhoria da Sala de Convívio dos nossos Armadores e Pescadores, sobretudo dos reformados.

Por tudo o que atrás fica exposto, a A.A.P.C. tudo fará para que se estreitem ainda mais, no futuro, os fortes laços já existentes entre as nossas duas associações, certos de, em conjunto, poderemos constituir um exemplo a seguir por outros Homens do Mar no nosso País.

O Presidente da Direcção

a) António Matias Carvalho

■ António Alves da Rocha representou a AORN na sessão de distribuição de prémios organizada pelo Clube Náutico de Oficiais e Cadetes da Armada - CNOCA.

■ Na abertura do ano lectivo da Escola Naval, a AORN esteve representada por António Rodrigues Maximiano.

Registámos as referências elogiosas dirigidas à AORN na pessoa do seu Presidente da Direcção, confirmando o apreço manifestado em todos os encontros da Associação com a Armada.

■ A Direcção apresentou cumprimentos de Natal ao Almirante Chefe do Estado Maior da Armada, tendo na oportunidade sido feita uma descrição da nossa actividade, realçando o empenhamento na abertura da Sede Social que permita o convívio desejado pelos associados e igualmente de locais para Sede dos Núcleos.

A necessidade urgente de um espaço com dignidade para exposição do vasto espólio já reunido, e que constituirá o Museu da Reserva Naval, foi igualmente tema focado nesse encontro com o Almirante Nuno

Vieira Matias.

■ A organização dos serviços de secretariado tem vindo a ser feita com empenhamento total, sendo possível prestar apoio a alguns organizadores de reuniões de cursos.

■ A receita proveniente das quotas entrou numa fase de recebimento regular, embora se verifiquem valores significativos em falta. É uma tarefa sempre ingrata para quem tem a seu cargo o controle destas cobranças, pelo que se apela para uma adesão espontânea, que conduza ao acerto de contas por alguns retardatários.

■ Mantendo a preocupação de enriquecer a garrafeira dos bons apreciadores e com o apoio do Carlos Alberto Marques Pinto Pereira, do 8º CEORN, a AORN adquiriu uma apreciável reserva de vinho tinto de “Pinheiro da Cruz”, já disponível para os interessados.

■ E damos seguidamente notícia da existência de um “PIN” para uso de todos os que desejem ser reconhecidos como oficiais da Reserva Naval. É um modelo em prata, com categoria para ser usado com traje de gala.

■ Prossegue a entrega dos cartões de acesso ao Hospital de Marinha para os familiares dos sócios. Para permitir a sua total distribuição, agradece-se que os interessados enviem com urgência, a declaração nominativa do seu agregado familiar, nos termos indicados no Boletim nº 4.

■ A Messe de Marinha de Cascais decidiu permitir o acesso às suas instalações, a todos aqueles que foram da Reserva Naval, independentemente da sua qualidade ou não, de sócios da AORN.

No entanto, todas deverão comunicar o seu endereço para a nossa secretaria que providenciará a sua transmissão à Direcção da Messe, para a consequente emissão de cartão pessoal.

NOTÍCIAS

O 3º CEORN reuniu-se num jantar no Clube Militar Naval. O dinamizador foi Frederico Blanc de Sousa e estiveram presentes 23 elementos deste curso de 1960.

Também reuniu o 5º CEORN na Messe de Marinha de Cascais, numa organização impecável do Fernando Alves Serra.

Os pormenores deste encontro estão relatados na respectiva Acta que se divulga neste Boletim.

O secretariado da AORN agradece a comunicação destes encontros e disponibiliza-se para colaborar na sua organização.

Dando seguimento à sua actividade, a Associação de Fixação Externa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Ilizarov),

a que fizemos referência no Boletim nº 3 e que tem como seu Presidente e dinamizador, desde a primeira hora, o nosso associado médico ortopedista Dr. Manuel Azevedo, comunica a todos os interessados que foi publicado no Diário da República - III Série nº 146/97 de 6 de Junho (pág. 11157), a escritura da sua criação e legalização.

Informa ainda que está criado o seu Emblema e procedeu à sua inscrição como filiada na ASAMI Internacional.

No âmbito da Expo '98 vão realizar-se as IV Jornadas da ASAMI Luso-Brasileiras e as I Jornadas da A.F.E.C.P.L.P.

O Boletim da AORN mantém as suas páginas à disposição desta Associação e

comunica que qualquer contacto deverá ser feito para o endereço seguinte:

Dr. Manuel Azevedo
Rua Sidónio Pais, nº 32-7º
4470 Moreira da Maia
Telef./Fax: (02) 948 39 87
Telemóvel: 0931-521721

Rui João Baptista, sócio nº 212 da AORN, foi aprovado com Distinção e Louvor nas provas públicas de Doutoramento na Universidade Aberta, apresentando a Tese “Estratégias Alternativas para a Interligação das Tecnologias da Informação e da Comunicação em Educação”.

Os parabéns da AORN ao novo Doutor!

DA PONTE AO CONVÉS

Porque dois dos comandantes das LF'S estavam casados, o quarto da messe de Bissau que nos estava destinado, era só ocupado pelo autor destas linhas.

O quarto dispunha de duas camas e por vezes era partilhado com qualquer oficial que, em trânsito para Angola ou Moçambique, se via obrigado a permanecer alguns dias em Bissau.

Certa madrugada, chegado de uma operação no rio Corubal, acaletando o desejo de tomar um bom duche, beber uma lata de leite e dormir uma boa e reconfortante soneca, deparei-me com a minha cama ocupada.

Constatei que o ocupante apresentava razoável estatura e pelo aspecto, não era tão jovem quanto eu.

Pensei tratar-se de mais um caso de trânsito e resolvi dar cumprimento à terceira fase do acalentado desejo, a soneca.

Foi então que verifiquei que a cama vaga não tinha almofada, pois o ocupante em causa, tinha-se apropriado das almofadas disponíveis.

O cansaço era mais forte que qualquer irritação momentânea.

Na manhã seguinte perguntei ao despenheiro, o Aires, quem era o senhor oficial que estava no meu quarto.

— É o senhor tenente Campos.

— Quantos riscos tem?

— Tem um, veio substituir o tenente Morais.

Dado que eu já era 2º tenente, fiquei tranquilo quanto à possibilidade de reocupar a minha cama e voltar à posse da minha almofada.

À hora do almoço foi fácil reconhecer o ocupante Campos, de entre aqueles que saíam da carrinha que transportava o pessoal que vinha dos serviços.

Junto ao balcão do bar, estabeleci o diálogo adequado.

— É o senhor tenente Campos que está no quarto dos comandantes das LF'S, no 1º andar?

— Exactamente.

— Muito prazer, só lhe peço, para mudar de bordo, pois aquele que o senhor tem ocupado, é meu.

— Desculpe!

— Não tem importância e como o senhor tenente também tem de largar a minha almofada, o melhor é selarmos este nosso encontro convidando-o a bebermos um whisky.

— Obrigado, mas não gosto de álcool e acresce que vim de uma estadia no Hospital da Marinha, por causa de uma tromboflebite.

— Oh! Homem se você não se desinfecta por dentro, quando eu voltar do próximo cruzeiro, vou vê-lo à enfermaria.

O tenente Campos, de seu nome Francisco José de Campos, revelou-se um companheiro admirável, que soube animar os serões na messe, com as suas histórias, com a organização de jogos de lotó, com as suas cantigas, com o sotaque à moda do Porto, tornando-se elemento indispensável dos nossos convívios e brincadeiras.

Regressado de cruzeiro após este período dos nossos primeiros contactos, perguntei naturalmente pelo Campos, ao que fui informado, se encontrava na enfermaria.

Após o jantar dirigi-me à enfermaria e antes que eu abrisse a boca, o Campos afirmou que logo que tivesse alta, ia reconsiderar a sua posição de abstinência militante.

Quis o acaso, que tivéssemos encontrado, abandonado na garagem, o shaker da palamenta, que de imediato foi mandado limpar pelo Monsanto de Campos, no desempenho eficaz de Director da messe.

A partir daí o Campos, o Prudêncio, o Monsanto e eu próprio passámos a ser consumidores assíduos dos chamados cocktails prateira... o que havia misturava-se com gelo e orange squash.

Foi uma época de animado convívio que cimentou uma amizade que ainda hoje está viva.

Meu caro Campos, nunca te esqueças dos conselhos para não voltares à enfermaria.

Por mim não esqueço, a letra do fado Bellatrix, de tua autoria com música do Zé Cacilheiro.

Letra: 2º Tenente Francisco José de Campos

Música: "Zé Cacilheiro"

Manuel Torres
8º CEORN

BELLATRIX

I

Tem o nome duma estrela
Do firmamento a mais bela
O navio que comando
É pequeno sei-o bem
Mas cumpre como ninguém
Suas missões, navegando

II

Nos rios junto aos tarrafos
A guerra mostra seus traços
Atacando o inimigo
Minha bela guarnição
Riposta com decisão
E desprezando o perigo

Refrão

Sou comandante
Deste navio almirante
Pequeno, muito elegante
Bem lançado a navegar
Mesmo que digam
Que o navio é pequeno... Ai
Sinto-me nele sereno
E pronto para lutar

III

Os rios fiscalizando
Inimigos espiando
Ou a cambança ilegal
Esquecemos o dormir
P'ra podermos intervir
E evitar maior mal

IV

Seja qual for o serviço
Faz-se sem se dar por isso
Cara alegre ar marcial
Nossa acção é um dever
Nossa devoção erguer
O nome de Portugal

Refrão

Sou comandante etc., etc.

Bissau, 3 de Agosto de 1967



Ao longo dos Boletins já publicados, temos dado conhecimento do andamento dos trabalhos em curso que irão permitir, a curto prazo, a primeira apresentação de vários documentos com o relato dos primeiros anos da História da Reserva Naval.

Está em fase de organização este evento, a realizar no dia da próxima Assembleia Geral, marcada para a data de 4 de Abril.

Mantemos a esperança de ver levantado um verdadeiro Museu onde cada um dos intervenientes RN se reveja, em cada época da sua passagem pela Armada, contribuindo para o relato de um tempo que teremos de ser nós a contá-lo.

O ano de 1998 coincide com os 40 anos da entrada do 1º CEORN na Escola Naval.

É uma razão de peso para fazer também deste ano, o ano da inauguração do nosso Museu.

Realçamos o apoio incondicional que nos tem sido dado por vários responsáveis de Unidades e Serviços da Armada, nomeadamente o *Gabinete do CEMA*, com a cedência de material do seu Arquivo Fotográfico, a *Repartição de Reservas e Reformados* em Alcantara com as facilidades para consulta dos processos aí guardados, o *Arsenal do Alfeite* com a entrega de documentos respeitantes a diversas Lanchas nele construídas, a *Escola Naval* e o Director de Museu de Marinha e, ainda e sempre, o *Comandante Artur Manuel Coral Costa*, Director de Instrução dos 1º e 2º CEORN, que fez oferta de mais alguns volumes da sua Biblioteca.

Estas facilidades e apoios têm permitido um ritmo constante de recolha de elementos, com a sua digitalização ou com recurso a fotocópias, utilizando material de informatização, em parte adquirido com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Mais de 5.000 documentos foram já consultados em apenas cinco meses, tendo sido seleccionados mais de 2.000, e arquivados em CD algumas centenas.

O tratamento digital, a recuperação que foi necessária fazer a alguns desses documentos devido ao seu mau estado, tanto escritos como fotográficos, a escolha da dimensão adequada para ilustração das várias fases da História que se pretende contar e, a adequada integração estética dos temas tratados, exigiram, até ao momento, mais de 1.500 horas de trabalho voluntário.

E não é o trabalho voluntário que está em

causa. O que se assinala é o facto das horas despendidas o terem sido por não mais de meia dúzia de associados, com o risco evidente de se perder alguma continuidade nas tarefas que têm de ser executadas com urgência e profissionalismo, sob pena de muitos documentos ainda possíveis de recolha se virem a perder a curto prazo.

Dissemos em escrito anterior que “não sendo de lamentos, não deixamos de dar conta da manifesta insuficiência de colaboradores para levar a cabo uma imensidade de tarefas que este projecto exige”.

Não foi apelo inútil. De uma forma quase constante, temos recebido documentos do maior interesse, abreviando o tempo de pesquisa e a consequente demora de análise e tratamento.

E embora no âmbito da pesquisa a ajuda seja manifestamente insuficiente, até porque se trata de tarefa mais ingrata,



exigindo um horário ao longo do dia difícil de conciliar com a vida de cada um, é com grande satisfação que referimos o que acreditamos será o começo de um apoio fundamental para esta tarefa.

José Cavalleri Martinho, Manuel Andrade Neves, Manuel Paiva Pinto, João Rezende e Manuel Ribeiro Couto, permitiram de forma relevante o conhecimento de aspectos respeitantes ao 1º CEORN.

António Andrade Neves, Eurico Marques Antunes, João Barros Maia, Manuel Bobone, Pedro de Bragança e Fernando Valente de Almeida, abriram caminho para a História do 2º CEORN.

Alberto Neves Cordeiro, Carlos Pombo Rodrigues, Fernando Silva Ferreira, Frederico Blanc de Sousa, Manuel Morgado Sequeira, Fernando Marques Antunes e Pedro Norton dos Reis, foram fundamentais para o conhecimento do 3º curso.

João Toscano Rico, José Manuel Burnay e José Pires de Lima são os primeiros contribuintes do 4º CEORN.

Fernando Alves Serra e Augusto Teixeira Machado do 5º, têm tido um empenhamento directo no apoio ao trabalho de pesquisa em curso.

E referimos ainda sócios e não sócios da AORN que têm fornecido indicações e apoios e facilitado documentos do maior interesse: *Fernando Baptista Pereira* (6º), *Rui Machete* (7º), *Manuel Lema Santos, Manuel Sousa Torres, António Marinho de Castro e Rogério Bordalo da Rocha* (8º), *Luís Caldeira Pinto* (12º), *José Rasquilha de Abreu e Alfredo Lemos Damião* (15º), *António Manuel Mateus* (16º), *Francisco Lhano Preto* (17º), *Herculano Marques Ferreira* (18º), *Luís Sanches de Baena e Manuel Centeno* (19º), *António Rodrigues Maximiano* (20º), *António Fontoura de Lencastre* (21º), *Joaquim Moreira* (25º), *João Belchior* (38º) e *Casimiro Barreto* (48º).

Seria interessante que os integrantes dos mais recentes CFORN's ajudassem a reunir documentação sobre a sua História, permitindo que o projecto do Museu caminhasse em simultâneo com os primeiros e os últimos cursos.

Uma palavra muito especial de agradecimento ao *Comandante Adelino Brás Rodrigues da Costa*, cujos trabalhos já realizados e publicados em diversos documentos nos têm facilitado a ordenação e pesquisa de novos elementos, destacando o **Anuário da Reserva Naval, a Relação das Unidades Navais** (classificadas como lanchas) **seus Comandantes e Imediatos** e mais recentemente o **Dicionário de Navios**.

O Comandante Rodrigues da Costa, sendo Oficial do Quadro Permanente, actualmente na Reserva, mantém desde longa data uma actividade fundamental para a História da Reserva Naval e é, indiscutivelmente, um dos nossos maiores defensores, como largamente tem demonstrado em artigos e atitudes assumidas.

Os maiores elogios que lhe são devidos não cabem neste artigo.

Mantemos, nesta página, o habitual apelo para que cada um procure no fundo da gaveta recordações das viagens de curso, dos navios onde esteve embarcado, com especial relevo para tudo o que respeite às Lanchas de Fiscalização, sendo também do maior interesse a documentação que possa ser reunida acerca dos Destacamentos e Companhias de Fuzileiros.

HISTÓRIAS DO DFE 13 - ANGOLA 65/67

Entrei em Outubro de 1964 para a Escola Naval, para o 7º CEORN como voluntário na classe de Fuzileiros. Depois da Escola Naval e do curso de fuzileiros navais em Vale de Zebro, integrei o curso de fuzileiros especiais que terminou em finais de Setembro ou início de Outubro de 65.

Desde miúdo e não sei porque razão, sempre tive uma espécie de fascínio por Angola. Eis senão quando, terminado o curso de FZE em Vale de Zebro tomo conhecimento de que estava prestes a embarcar para Angola o Destacamento nº 13 de Fuzileiros Especiais, DFE 13, cujo comandante era o 1º tenente António Pestana dos Santos (do quadro), que eu não conhecia senão de vista, da Escola de Fuzileiros e cujo imediato era o Vasco Lupi do quadro permanente e recém saído, quer da Escola Naval quer da Escola de Fuzileiros. O “chamado” 3º oficial era o 2º tenente RN Ramos que, depois de dois anos na Escola de Fuzileiros, como instrutor, estava desesperado com a ideia de ir para Angola passar mais outros dois anos.

Não foi difícil chegar a acordo com ele sobre a troca (eu iria como voluntário no seu lugar). Mais difícil seria convencer a hierarquia.

Rapidamente apresentámos, em conjunto, uma petição ou um requerimento e ficámos à espera.

Estávamos nos primeiros dias de Outubro. O DFE 13 partia para Angola no dia 15 e cada um de nós, por razões diametralmente opostas, estava a ficar nervoso: um com a perspectiva de ir e o outro com a perspectiva de não ir.

Por volta do dia 5 de Outubro, estava eu de oficial de serviço na Escola de Fuzileiros quando vem uma chamada para mim: o CEMA, Almirante Reboredo, também conhecido como o “Grande da espingarda” queria falar comigo com urgência. Nervosismo da minha parte, consternação dos colegas.

O que é que eu teria feito para o CEMA me chamar a mim, simples mortal, aspirante, FZE pintado de fresco?

Apresentei-me no Terreiro do Paço. Passei à sala de espera. Finalmente entrei no Gabinete do Almirante Reboredo onde fui submetido a cerrado inquérito e questionário sobre a minha vida pessoal, vida universitária, sobre a Escola Naval, Vale de Zebro, nível de instrução recebida, etc., etc., etc.

— E agora o que queres fazer? Pergunta o Almirante.

— Quero ir para Angola no Destacamento nº13 de Fuzileiros Especiais, respondi eu.

— Mas porquê?

Tentei explicar-lhes as minhas razões e o meu interesse por Angola desde puto.

— Isso vai ser muito difícil, diz o CEMA.

Explico-lhe o meu arranjo com o Ramos. Eu sou voluntário para ir e ele é voluntário para ficar. Porque não? Quem perde com a troca?

— Vamos ver o que se arranja, acaba por fim por me dizer o CEMA. Mas ficas já a saber que não vejo as coisas fáceis. Isto de trocas é complicado e abre precedentes.

Dois ou três dias depois eu era nomeado e o Ramos dispensado. Tudo bem, só que tinha apenas 5 dias pela frente para conhecer melhor o Pestana e o Lupi e preparar tudo o que estava ligado a uma ausência de 1 ou 2 anos.

A primeira coisa que o Pestana quis saber foi se eu jogava bridge. Disse-lhe que não sabia jogar bridge. Então o que é que você sabe fazer? Começou assim uma sólida e boa amizade que dura até hoje.

Sáímos de Lisboa no Vera Cruz a 15 de Outubro, e assim começou para mim um período que foi extraordinário em todos os aspectos e que acabaria com o regresso ao Puto em Setembro de 1967.

Só anos mais tarde percebi porque fora aceite o meu pedido para integrar o DFE 13 em substituição do Ramos.

O velho Almirante Reboredo era um amigo da minha família e tinha recebido 3 “cunhas”. A primeira em 64 para eu ser recusado pela Armada como voluntário para os fuzileiros. A segunda para ser recusado o

meu pedido de integração no DFE 13. Ambas estas cunhas tinham sido veiculadas pela minha família que via com horror a minha fantasia por este “safari” angolano.

A terceira cunha tinha sido minha, era o meu próprio pedido para embarcar para Angola, confirmado directamente ao “Grande da espingarda” na entrevista que tive com ele.

Não sei se a decisão dele foi fácil mas julgo que o fraquinho que tinha como “Pai dos Fuzos” e a minha convicção e argumentação o convenceram. Afinal foi a minha própria cunha que funcionou!

Da minha comissão tenho algumas histórias para contar. Umas com piada, outras com interesse.

Nós, os portugueses, temos pouco o hábito de relatar e escrever aquilo por que passámos e que tantas vezes fazem parte das “pequenas histórias” e que outras tantas também influenciam, por vezes decisivamente, a grande História.

Vou tentar escrever umas coisas sobre o que vi e vivi nesse período em que tive a oportunidade de estar em postos no Zaire, em Cabinda, em algumas guerras na zona dos Dembos e no Leste de Angola, no Rio Lungue Dungo.

A primeira epístola será para o próximo número.

Vasco Quevedo Pessanha
FZE - 7º CEORN



A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO

É uma estranha ilusão de nós portugueses pensarmos (e então dos nossos políticos...) que fazendo uma lei o assunto está resolvido. “No princípio era o Decreto” como ironizava, e bem, o Prof. Adriano Moreira. Faço esta introdução, pois desejava comentar os nossos esforços em aumentar e solidificar os nossos esquemas de cooperação com a África que fala Português. E digo “fala”, porque, o que me preocupa é saber durante quanto tempo isto vai durar. Em documentos oficiais o país gosta de se referir aos PALOP’S, isto é, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. A inserção da palavra “Oficial” já é mau sinal!

O que se passa na realidade?

Durante o período que se sucedeu à independência, desenvolveu-se um processo de relações difíceis com estes novos países. Dificuldades essas fomentadas pelo Partido Comunista Português que pretendia ser o único interlocutor válido com estes novos governos, devido às suas afinidades ideológicas. As relações Governo a Governo passavam para segundo plano. Esta situação começou a mudar cerca de 1977-78 e, com o advento dos governos AD, as relações de Portugal com os PALOP’S passaram a efectuar-se numa base de diplomacia profissional que imediatamente e em muito, ajudaram as nossas relações.

Não é meu propósito historiar aqui a evolução, mas sim meditar sobre quais são as prioridades dos nossos interesses neste contexto.

É certo que a nossa relação com África é dos raros trunfos que temos (verdadeiros ou aparentes) no palco da política internacional. Muitas vezes reparei que em conversas oficiais com governos ou diplomatas estrangeiros a troca de impressões decorria com profissionalismo e correcção, mas sem grande centelha. Mas quando se abordam problemas de África onde estivessem envolvidos antigas regiões portuguesas surge um clarão de real interesse no olhar do interlocutor estrangeiro e a nossa opinião é escutada. É muito lisonjeante e consolador para um pequeno país ser assim tratado pelo menos num assunto.

Donde o entusiasmo da nossa intervenção nos acordos de Bicesse, etc. É deveras excitante ser escutado pelos E.U. e pela Rússia. Compreende-se. Mas, sustento, não seria muito mais importante dedicarmos-nos à protecção da língua e cultura portuguesa nestes países? E digo isto porque a nossa capacidade de intervenção real nos grandes acontecimentos é muito pequena. Veja-se aliás, a sequência dos acordos de Bicesse.

No momento em que escrevo estas linhas desenha-se uma nova guerra civil em Angola e o sofrimento atroz daquela população (infinitamente superior ao tempo em que nós lá estávamos) continuará e, aquilo que podemos fazer, é muito pouco ou nada. O que interessa a Portugal é que haja paz e que nessa paz se desenvolvam as relações comerciais dos dois países consequente duma língua, cultura e experiência comuns. Fala-se muito da experiência de quadros portugueses sobre assuntos africanos. Mas os anos vão passando. Quem tinha, digamos, 40 anos em 1975 tem agora 62. Em breve tal experiência será inútil em termos práticos.

Resta-nos pois, a língua e a cultura. Nisto, sustento que temos feito muito pouco e é incompreensível que assim seja. Basta pensar na importância e impacto que têm em Lisboa o Liceu Francês e Alemão para imaginar a enorme importância que teria um Liceu Português em Luanda e no Maputo. Contudo, não há. Quando se pergunta porquê, há as habituais complicadas explicações de disputas entre os Ministérios da Educação e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Falta, em resumo, vontade política. E há todo um quadro de relações de bolsas de estudo, mini-cursos de preparação universitária, cursos de magistratura, de especialização médica, de diplomatas, etc., Que, se existem, são descoordenados e pontuais.

Portugal empenhou-se na criação de uma organização que finalmente foi criada há cerca de um ano. A C.P.L.P.

Após um ano não se fez ABSOLUTAMENTE NADA. É o tal problema. Assina-se o Decreto e está feito! Há uns anos atrás o país conse-

guiu (era Ministro o Prof. Deus Pinheiro) que Lisboa fosse escolhida como sede de uma organização europeia para relações comunitárias com África. Muito bem, aplaudiram os jornais. A organização, segundo julgo, nunca chegou a instalar-se ou se o foi nunca se ouviu falar nela.

Fui uma vez visitado, em termos oficiais, pelo recém-chegado Embaixador de Angola. Viera de Bruxelas e seu filho completara lá (lá, em Bruxelas, atenção, não em Maquela do Zombo) o Liceu e agora pretendia entrar para a Universidade. O diplomata inscrevera-o na Universidade de Lisboa. Como homem prudente conforme a sua profissão, inscrevera-o simultaneamente na Universidade de Toulouse. Estávamos em Janeiro e do Ministério da Educação chagavam o Embaixador com exigências de certidões (traduzidas oficialmente em português com a Apostilha da Convenção de Haia) demonstrando o conteúdo da cadeira de Filosofia, etc., e outras torturas burocráticas. É claro que o jovem Angolano foi para Toulouse (que o admitiu no prazo de uma semana, dando-lhe ainda uma bolsa) e assim se perdeu a oportunidade de dar uma educação superior portuguesa a um filho da elite angolana!

O resultado desta nossa inépcia é, claro, Moçambique ter entrado para a Commonwealth Britânica e o Francês estar a tornar-se a língua dominante na Guiné-Bissau.

Parece que o Instituto Luís de Camões que tem o objectivo da propagação da cultura portuguesa no estrangeiro, já vai no terceiro estatuto (tudo, claro, aprovado por Decretos-Leis com muitas assinaturas de Ministros). Mas nada faz.

É evidente que o Estado tem que escolher pessoas enérgicas e imaginativas para colocar à frente destas organizações e depois dar-lhes todo o apoio político. Não é a Lei que faz o chefe ou o sucesso de uma organização. Senão chegará a altura que os tais Decretos, em Moçambique, serão sim em inglês (como se dirá Portaria em inglês?)

Paulo Lowndes Marques
8º CEORN

HOSPITAL DA MARINHA

RESUMO HISTÓRICO DE 200 ANOS DE ACTIVIDADE (CONTINUAÇÃO)

Rodrigues de Bastos herda um edifício com estado de conservação algo degradado e problemas de espaço.

Consegue o apoio de D. Pedro V, que após uma visita ao Hospital em 1856, disponibiliza em 1861 as verbas necessárias para a obra de ampliação.

As obras duram até 1867. Todo o imóvel é aumentado de mais um piso. É deste tempo a instalação definitiva da Direcção no espaço que actualmente ocupa, bem como a entrada principal pela Sala do Príncipe e a Capela no piso superior.

É provável que date deste período a instalação da estátua do Príncipe D. João VI no nicho fronteiro à entrada do Hospital e que dá o nome à sala.

A estátua, obra prima do neo-classicismo português esculpida em mármore de Carrara, é da autoria de José João Aguiar, aluno de Canova.

Há controvérsia na sua datação: segundo Pamplona terá sido encomendada em 1823 supondo-se que o encomendante tenha sido a Marinha.

Particularmente admito com relutância que a encomenda tenha sido feita num período particularmente difícil da vida nacional, com D. João VI já adoentado (viria a falecer em 1826).

A escultura é particularmente verista sobressaindo o prognatismo de Sua Majestade. Retrata um homem novo, com uma farda de Almirante mas pernas nuas, manto de arminho e Banda das Três Ordens, que sempre foi, em Portugal, atributo de Chefe de Estado.

E no entanto foi sempre conhecida como estátua do Príncipe...

Não será inverosímil que a “encomenda” tenha sido feita muito antes e que a escultura tal como o grupo de D. Maria I, hoje em frente do Palácio de Queluz, tenha ficado pronta e a aguardar melhor oportunidade... algures em qualquer Armazém Real... durante o período das invasões francesas e até ao regresso do Brasil da Família Real.

Dada a perturbação política da época, terá ficado armazenada no Palácio de Belém, para ser colocada não se sabe onde.

Que não foi concebida para ornamentar a Sala do Príncipe do Hospital, basta atentar no pormenor de não estar centrada em relação ao nicho, ficando um pouco

deslocada para a esquerda. Espantosamente não se conhece a data certa da sua instalação.

Dado que assisti à sua remoção no ano de 1986, a fim de ser enviada para uma Exposição em Paris, e às manobras complexas para a fazer sair, não obstante os modernos recursos empregados, pode supor-se a complicação que não terá sido instalá-la no Hospital! Se alguém registou o facto tal relato deve encontrar-se algures em qualquer escaninho de arquivo... Tão bem guardado que até hoje ninguém disso deu notícia.

O Hospital da Marinha fica desde então com o aspecto que “grosso modo” ainda hoje conserva.

Rodrigues de Bastos não dedicou menor atenção aos Serviços de Saúde de bordo e à Saúde do Ultramar.



São de sua iniciativa as inspecções sanitárias às Unidades de terra e aos Navios. Curiosamente o primeiro Navio a ser inspecionado foi a então ainda recente e hoje muito falada fragata “D. Fernando e Glória”.

Rodrigues de Bastos deixa obra legislativa comparável à de Bernardino, nomeadamente o novo Regulamento de Saúde Naval, de 1860.

No fim do seu período de gestão, a unidade do Conselho de Saúde Naval, começa a ser sede de conflitos frequentes entre os seus membros, tendo a situação atingido tais extremos que a tutela lhe põe termo de modo radical.

Em 1868 é extinto e reorganizado o Serviço de Saúde Naval: são criadas a Repartição de Saúde Naval e do Ultramar e a Junta de Saúde. O Director do Hospital da Marinha passa a ficar na dependência da Repartição, terminando assim a unidade de gestão da Saúde Naval e do Ultramar e com ela o período em que na cadeira do Director do Hospital se sentava o seu responsável máximo.

Com o aproximar do fim do século, sucedem-se os Directores, e os Regulamentos de Saúde Naval. Começa a esboçar-se o ensino de Enfermagem e a diferenciação médica.

Em 1887 é criado o ensino de Medicina Tropical que permanece na Escola Naval até 1902, ano da fundação da Escola de Medicina Tropical. Do seu corpo docente fazem parte vários distintos Médicos Navais.

Em 1890 inicia-se no Hospital o Curso de Enfermeiros, oficializado em 1896.

Em 1895, separam-se os Ministérios da Marinha e do Ultramar, embora os doentes do quadro dos funcionários do nável Ministério continuassem a dispôr de assistência no Hospital da Marinha.

Desde 1892, que o Hospital se debate com falta de espaço físico para responder à procura, uma vez que desde a fundação da Guarda Municipal tinha que garantir o internamento e apoio médico aos elementos daquele Corpo.

Em 1896, novo Regulamento de Saúde Naval, onde além da oficialização do Curso de Enfermagem, igualmente se diferencia o Laboratório de Bacteriologia, em funcionamento desde 1894, e um dos mais bem equipados de Lisboa.

Data também de 1895 a primeira menção a “uma boa machina de indução de correntes contínuas para usos clínicos” recentemente adquirida para ser incorporada no futuro Serviço de “electrotherapia”.

É quase no advento da República que surge no Hospital a primeira “Sala de Operações”, mediante a insistência do grande cirurgião que foi Alexandre Vasconcelos e Sá.

Na viragem do século o Hospital da Marinha, ainda poderia ser considerado uma estrutura actualizada, e detentora de vários vanguardismos na Medicina Portuguesa.

*Sub-Director do Hospital da Marinha
CMG MN Rui Abreu*

CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

Em primeiro lugar, quero recordar com toda a veemência que a essência da nossa Identidade de Portugueses é de origem Marítima, pois se não tivesse havido uma estratégia de desenvolvimento do País, particularmente desde o reinado de D. Dinis, declaradamente virada para o mar e para as actividades Marítimas, nunca teria sido possível criar condições para sermos um País Independente.

Foi graças a essa identidade marítima que se criou uma Nação diferenciada dos Estados vizinhos, dos quais nenhuma fronteira natural nos separava então, nem separa hoje.

Foi, também, graças a essas actividades marítimas, que Portugal conseguiu não só uma posição de liderança na expansão europeia, iniciada na transição da Idade Média para a Idade Moderna, mas também ser a potência naval dominante na Europa durante quase um século.

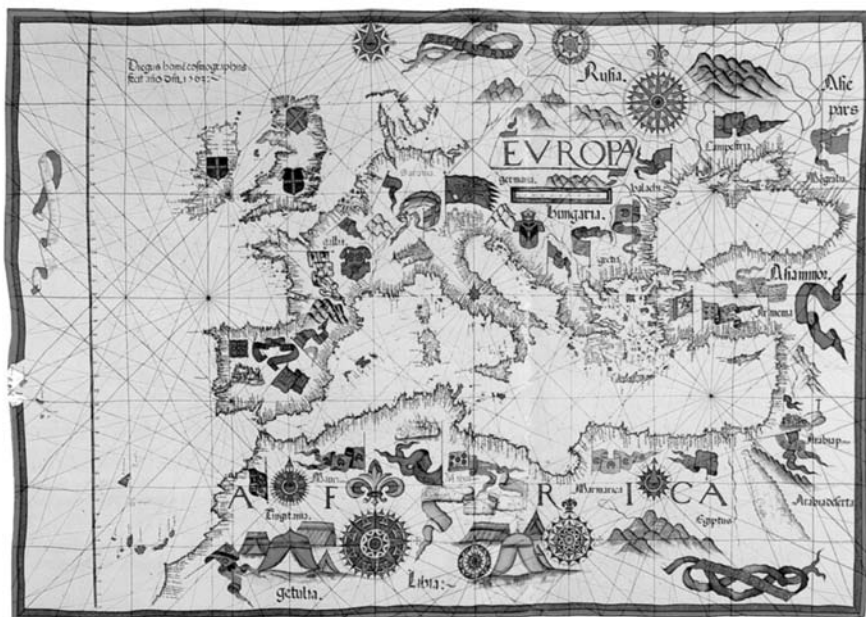
Como dizia Ortega y Gasset, “uma nação não nasce, mas constrói-se”, o que quer dizer na prática de todos os dias, que se desejarmos manter uma nação como tal, essa construção tem que se manter por todo o tempo em que quisermos que a Nação continue a sê-lo.

Perdemos, por inépcia, a primeira oportunidade de mostrar ao mundo, de forma clara, a nossa importância na expansão Europeia, quando deixámos passar, sem o devido relace, o centenário de Bartolomeu Dias; perdemos uma segunda oportunidade, ao tratarmos de forma desastrada o centenário de Colombo e mostrarmos em Sevilha um pavilhão onde o essencial foi desprezado e a Identidade Portuguesa escamoteada.

Estamos agora em plena integração na Europa, a que pertencemos.

Temos várias carências no sector do emprego e absoluta necessidade de encontrar os caminhos reais para sermos competitivos e assim garantirmos a nossa sobrevivência como Nação, de facto, Independente.

Temos, antes de mais, de preservar a nossa



Identidade, aquela que nos permitiu termos uma História, o que implica mantermos as actividades marítimas, como base da nossa economia e da nossa vida cultural.

A Armada poderá ter a dimensão desejável se estiver enquadrada por todo aquele conjunto coerente de actividades que constituem o Poder Marítimo efectivo, como já tivemos.

Às missões de natureza científica, técnica e militar naval, como País Marítimo, somam-se as tarefas confiadas à defesa da soberania nacional e integridade do território - o seu objectivo primário - passando pela investigação do mar, preservação do património cultural e prestação de serviços públicos (vigilância do cumprimento das leis aduaneiras, combate ao tráfico da droga, salvaguarda da vida humana no mar e nomeadamente da sua riqueza piscícola).

A preservação das actividades marítimas, ou seja marinha mercante, pesca, marinha de recreio, construção e reparação naval e negócios marítimos em geral são um complemento importante desses objectivos.

Trata-se de um programa de grande porte, a nível económico, mas principalmente a nível da Educação, considerando esta em

toda a sua dimensão, o que ultrapassa largamente o âmbito do Ministério com aquela designação, interessando a todos os Ministérios, Órgãos de Soberania, Partidos Políticos e Sociedade Civil.

A EXPO'98 é um passo no bom sentido e um sintoma positivo de que se vislumbra uma abertura. mas precisamos de mais...

Por exemplo, complementar o actual PDR, que não é muito voltado para a concretização de acções deste teor, mas que deixa aberturas, e realizar também um PDM, em que o M significa “Marítimo”.

Compete às elites do País designar competências de atitude colectivas, que levem a acções concretas, permitam à Nação um dinamismo favorável, como aliás aconteceu em outros passos da sua vida, e que só dessa forma se resolverão a contento.

Carlos Alberto Pereira Pinto
NII - 76789 2º Tenente FZ RN

APELO RENOVADO

ESCREVE, APARECE, COLABORA NAS INICIATIVAS, PAGA AS QUOTAS, DÁ SUGESTÕES, RECLAMA, ESCOLHE A FORMA E O TEMPO MAS...

... PARTICIPA NA VIDA DA AORN!

BAZAR DA **AORN**

"Pin" da AORN em prata
Esc.: 850\$00



Serigrafia comemorativa
da fundação da AORN
Esc.: 35.000\$00

Medalha comemorativa
do dia da Marinha 1996
Esc.: 2.500\$00



Vinho engarrafado
especialmente para a AORN
1 garrafa - Esc.: 1.000\$00



Anuário da Reserva Naval
Esc.: 2.000\$00



Medalha comemorativa
do dia da Marinha 1997
Esc.: 2.500\$00

Dê a volta ao seu ordenado.

E tenha dinheiro a tempo.



CAIXA Ordenado

**O FIM DO MÊS QUANDO VOCÊ PRECISA.
COM MAIS VANTAGENS.**

A vida está cheia de pequenos imprevistos. Uma despesa extra e começam as suas preocupações.

Será que a sua conta vai ficar a descoberto? E ainda falta tanto para o fim do mês...

Esses dias de desespero acabaram. A CGD tem para si a **CAIXAORDENADO**, um serviço em que todos os dias podem ser fim do mês. Você dá a volta ao seu ordenado e antecipa-o para quando quiser. E com imensas vantagens.

Crédito Pessoal, Planos de Reforma, Protecção Ordenado e Seguros Vários.

Aderir a este serviço da CGD é muito fácil. Basta dirigir-se a qualquer uma das nossas Agências.

Se já é nosso cliente, pode sempre adicionar à sua conta os benefícios da **CAIXAORDENADO** e não paga nada por isso.

É a melhor aliada, para quando a vida lhe troca as voltas.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
Conte Connosco